

REPRODUÇÃO SOCIAL E PERMANÊNCIA NO CAMPO- UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II, CASTANHAL – PARÁ*José Antônio GUILHERME JUNIOR¹**João Santos NAHUM²*

134

Resumo

Neste estudo, objetivamos analisar alguns elementos que condicionam a reprodução social e a permanência dos camponeses no projeto de assentamento João Batista II. Para tanto, discutiremos algumas variáveis, sendo elas: as condições de produção, a comercialização e a organização político-social. A reprodução camponesa e a permanência na área do assentamento estão condicionadas a capacidade de equacionar e gerir os conflitos internos entre as associações, bem como, superar as limitações em termos de produção agropecuária e de comercialização. Na condução de nossa pesquisa, utilizamos uma revisão bibliográfica sobre a temática e a leitura das relações que se estabelecem no território do assentamento, evidenciando as variáveis mencionadas. Ainda como parte da pesquisa, realizamos entrevistas semi-estruturadas, e trabalhos de campo no local, no período de janeiro a julho de 2011.

Palavras - chave: Camponês, Assentamentos rurais, território, produção, comercialização.

SOCIAL REPRODUCTION AND STAY ON THE FIELD-A STUDY IN LAYING JOÃO BATISTA II CASTANHAL – PARÁ**Abstract**

In this study, we aimed at analyzing some factors affecting social reproduction and permanence of the peasants in the settlement project João Batista II. Therefore, we will discuss some variables, namely: the conditions of production, marketing and political social organization. The peasant reproduction and permanence in the area of the settlement are conditioned to equate capacity and manage internal conflicts among associations, as well as overcome the limitations in terms of agricultural production and marketing. In conducting our research, we used a literature review on the subject and the reading of the relations established in the settlement territory, showing the variables mentioned. As part of the research, we conducted semi-structured interviews and field work at the site in the period January-July 2011.

Key - words: Peasant, Rural settlements, territory, production, marketing.

¹ PPGEU, Universidade Federal do Pará, UFPA. e-mail: jaguilhermejr@gmail.com

² Prof. Dr. Faculdade de Geografia e Cartografia – FGC/UFPA. e-mail: joaonahum@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A reprodução social camponesa em assentamentos rurais é um processo que se efetiva no contexto da luta pelo acesso à terra e na conquista de melhores condições de trabalho e vida digna para as gerações presentes e futuras. Os assentamentos de reforma agrária não resultam de concessões estatais e atos administrativo, longe disso são fruto da luta empreendida pelos movimentos sociais no campo. A conquista da terra é o primeiro passo, o seguinte é criar condições de produção, comercialização e organização dos camponeses assentados. Em síntese, a reprodução dos camponeses efetiva-se nas práticas cotidianas de produção no território, sendo este construído por seus usos. Nesse sentido, identificamos e analisamos alguns elementos que condicionam a reprodução social camponesa, bem como a permanência desse ator social no campo. Para tanto, utilizamos as variáveis produção, comercialização e organização política dos camponeses no Assentamento João Batista II.

Nossa reflexão direciona-se sobre as seguintes questões: quais os principais desafios para reprodução social camponesa no assentamento João Batista II? Que fatores influenciam na produção? Como se efetiva a inserção do camponês no mercado? E quais as dificuldades para a organização política dos camponeses no assentamento? Para analisá-las elegemos três variáveis: as condições de comercialização, a produção e a organização político-social. Na comercialização, procuramos analisar fatores como as redes infraestruturais para o escoamento da produção, bem como o sujeito final da apropriação da mercadoria. Objetivamos apreender o que Paulino e Almeida (2010) apresentam, como drenagem da renda fundiária dos camponeses, sendo esta, uma das dimensões da exploração dessas populações. Para Oliveira (2007, p.15), a subordinação camponesa ao mercado é marca da expansão capitalista no campo.

No que compete à produção, a baixa fertilidade natural do solo somada a ausência de assistência técnica e o endividamento são elementos que limitam a produção agropecuária. De acordo com Cardoso (2001, p.18), na área onde hoje se localiza o Assentamento João Batista II, a ação antrópica de retirada da cobertura vegetal, para a implementação de roças, quando da escolha pelo sistema de corte e queima, contribuiu na diminuição da fertilidade do solo. Além disso, os assentados reclamam da falta de assistência técnica nos projetos agrícolas e o endividamento com instituições bancárias como fatores que limitaram o desenvolvimento de projetos produtivos no assentamento.

A organização político-social dos camponeses assentados tem sido realizada por entidades que disputam a direção política do assentamento, fato que dificulta a realização de projetos e a gestão dos problemas presentes no João Batista II. A fragmentação política mostra-se no embate entre duas associações - Associação de Produção e Comercialização do Assentamento João Batista II (APROCJOB) e Associação Comunitária do Assentamento João Batista II (ACAJOB), existindo ainda uma terceira entidade, conhecida como COOPAP, única cooperativa do assentamento.

Inicialmente revisamos literatura sobre a temática, posteriormente e realizamos trabalho de campo no período de janeiro a julho de 2011, onde por meio de perguntas semiestruturadas, entrevistamos lideranças do assentamento, técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), além de trabalhos de campo. Partimos da hipótese que os camponeses encontram dificuldades, para sua reprodução, na área do assentamento João Batista II, decorrentes de fatores, tais como a comercialização, a produção e a organização político-social. Nesse sentido, a realidade analisada está inserida no contexto da permanência do assentado no campo, bem como, das possibilidades de sua reprodução enquanto camponês, tendo a necessidade de uma melhor infraestrutura e apoio para inserção no mercado, de forma que este não necessite migrar para as cidades ou para outras regiões.

A REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA: DIVERSIDADE E RESISTÊNCIA

O campesinato se reproduz em meio a heterogeneidade contextual, tanto no que se refere às condições objetivas de produção, quanto à luta histórica pelo acesso a terra. Destarte, essas coletividades rurais assumem diversificações, tendo em vista os contextos históricos e geográficos de ocorrências nas regiões brasileiras. O camponês abrange uma diversidade de usos do território, baseando-se na relação de trabalho familiar e nas formas distintas de acesso a terra. Posseiro, parceiro, foreiro, arrendatário, pequeno proprietário são denominações que remetem as distintas formas de acesso ao trabalho e a terra nas áreas rurais. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, configuram elementos comuns a todas essas formas sociais (WANDERLEY, 1996).

Segundo Bem e Almeida (2011, p.20), a reprodução camponesa no Sul do Brasil tem se apresentado na contramão da formalidade do capital. Para os autores, a “informalidade

camponesa”, ou seja, a venda *in-natura* dos produtos do campo na cidade, sem o intermédio do atravessador, é uma estratégia eficiente para manutenção dos camponeses. A comercialização, de acordo com Oliveira (2001, p.30), é uma das instâncias de exploração econômica das populações camponesas, deste modo, “a subordinação do campesinato ao mercado, tem se apresentado, como umas das principais características do processo de expansão capitalista no campo, pois este se reproduz de forma contraditória” (OLIVEIRA, 2001).

O desenvolvimento contraditório do capitalismo reproduz, simultaneamente, relações capitalistas e relações produtivas não capitalistas, tai como na condição camponesa (PLOEG, 2008). Dessa forma, os camponeses criam estratégias buscando efetivar sua reprodução social nos territórios, sendo, os assentamentos rurais, parte imprescindível desse processo. Um dos principais trunfos do campesinato é a natureza específica da exploração de sua propriedade, tendo como pilar de sustentação o trabalho familiar, predominando “formas extensivas de ocupação autônoma” (SHANIN, 2005, p.20). O mesmo autor indica traços importantes da reprodução camponesa, sendo eles

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não a acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como, a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem a crise. E, no centro dessas particularidades, está a natureza da economia camponesa (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Para Fabrini (2008, p.13) as estratégias de reprodução camponesa são, ao mesmo tempo, sociais e territoriais, deste modo, a produção para o autoconsumo, a autonomia, o controle no processo produtivo, a solidariedade e as relações de vizinhança são relações assentadas no território e visam resistir à dominação do modo capitalista de produção. No Brasil o processo de concentração da terra gerou momentos de disputa, onde os camponeses apresentaram, períodos de crescimento e de declínio, na luta pela terra, nas palavras de Wanderley (1996, p.10), respectivamente, momentos de *recampenização* e *descampenização*.

A ocupação da fronteira amazônica, conforme Campos (1996, p.14), reproduz a disputa entre a grande exploração e a pequena exploração, sendo esta típica do campesinato, para o qual “a fronteira se coloca como possibilidade de sua reprodução social”. Para Hébette (2004, p. 29 e 30), o campesinato estável na Amazônia paraense tem sua origem na multiplicação das fugas de escravos e a formação de quilombos. No caso, do assentamento

estudado que fica na Região Bragantina³, a implantação da ferrovia Belém-Bragança promoveu o florescimento de núcleos coloniais dando origem ao “campesinato bragantino”. O qual não foge a lógica brasileira de intensas lutas contra a restrições não somente a terra, mas a cidadania, uma luta que coloca em lados opostos, os que defendem as “terras de trabalho”, e os que defendem as “terras de especulação” (HÉBETTE, 2004).

138

Sobre o perfil dos assentados rurais na Amazônia, Hebette e Abelém (2004) asseveram, que:

Ele é, socialmente falando, acima de tudo, um camponês-trabalhador rural, uma pessoa cuja identidade é ligada à convivência familiar e de vizinhança; um lavrador em busca de terra que, num processo de intensa mobilidade espacial e profissional, deve frequentemente abrir mão de sua profissão para sustentar sua família e se reproduz como camponês, obrigado a passar pelas mais variadas formas de relações sociais: agregado, encostado, arrendatário, diarista, peão, para chegar um dia a permanecer dono da terra - posseiro ou proprietário (HEBETTE e ABELÉM, 2004, p. 225).

O Assentamento João Batista II assemelha-se com as características mencionadas. Os assentados em sua maioria tinham ligação com o campo, mas residiam em cidades. De acordo com Araujo (2005, p.30), o MST realizou um trabalho de mobilização e cadastramento de famílias de agricultores sem terra, que residiam nos municípios de Castanhal, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Belém e Ananindeua, muitos morando em áreas periféricas.

Como é típico da estratégia de atuação do MST, realizaram-se marchas e dois acampamentos, antes da ocupação da Fazenda Tanari (também chamada de Bacuri), onde foram assentadas, em 2000, 157 famílias (DEITOS, 2004, p. 27). Para o MST, ocupar uma área é uma ação político-territorial; a ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação (FERNANDES, 2001, p. 14). O enfoque no entendimento da reprodução camponesa se assenta na possibilidade de entender a produção dos territórios dos assentamentos, para além dos programas institucionais do Estado, sendo resultado de práticas cotidianas, que são, ao mesmo tempo, práticas sociais e práticas territoriais.

³ A mesorregião do Nordeste Paraense é composta por 5 microrregiões (Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-açu) abrangendo 45 municípios (IBGE, 2000). O Assentamento João Batista II, fica no município de Castanhal, microrregião Bragantina, Estado do Pará

TERRITÓRIO, CAMPESINATO E ASSENTAMENTOS RURAIS: ALGUNS ELEMENTOS TEÓRICOS

Os camponeses reproduzem sua estrutura social trabalhando a terra, produzindo sustento e alimento para seu núcleo familiar. Conforme Fernandes (2008, p.13), os assentamentos rurais constituem territórios da produção camponesa, seu conteúdo é dotado de uma rica diversidade social não encontrada no território do latifúndio. São “homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são componentes da paisagem dos territórios” (FERNANDES, 2008, p. 286).

Rafestin (1980, p.20) concebe o território como resultado da ação de agentes diversos, “atores sintagmáticos” (ator que realiza uma ação), que atuam em escalas espaciais diferentes, indo do “Estado ao indivíduo”. O território é multiescalar e fruto da apropriação diferencial e histórica de parcelas do espaço. Santos (2007), que utiliza a categoria *território usado* - sendo este, o chão mais a identidade - ressalta dimensões importantes no entendimento dos territórios, a materialidade, metaforizada como chão, e a apropriação, fruto da construção de uma identidade. O território é além de um conjunto de sistemas naturais e de coisas superpostas, a porção do espaço “apropriada e usada” (SANTOS, 2007, p. 19). A ideia, apresentada por Milton Santos, nos reporta ao “uso”, sendo este definido:

(...) pela implantação de infraestrutura, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, da distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance de extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (SANTOS, 2008, p. 21).

Denominam-se territorialidades as relações estabelecidas no e com o território; relações cujo conteúdo é definido pela atuação dos atores. De acordo com Claude Rafestin, “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida da ‘face agida’ do poder” (RAFESTIN, 1980, p.22). Para Saquet (2006, p.24), a territorialidade é um conjunto de relações que realizamos diariamente realizamos, comuns a diferentes lugares, efetivam-se nos âmbitos da economia, da política e da cultura.

Os camponeses representam um ator sintagmático importante no processo de produção dos territórios dos assentamentos rurais. O entendimento da reprodução camponesa, funda-se

na possibilidade de entender a produção dos territórios dos assentamentos para além dos programas institucionais do Estado, sendo resultado de práticas cotidianas, que são ao mesmo tempo, práticas sociais e práticas territoriais.

O assentamento é um território de produção e reprodução do campesinato. O processo de resistência camponesa não se materializa somente nas lutas diretas empreendidas por esses grupos. A construção cotidiana de seu território, as estratégias criadas para permanecer na terra, mesmo nas adversidades, também são formas de resistência. Moreira e Targino (2007, p.33), trabalham o conceito de território da esperança, sendo este:

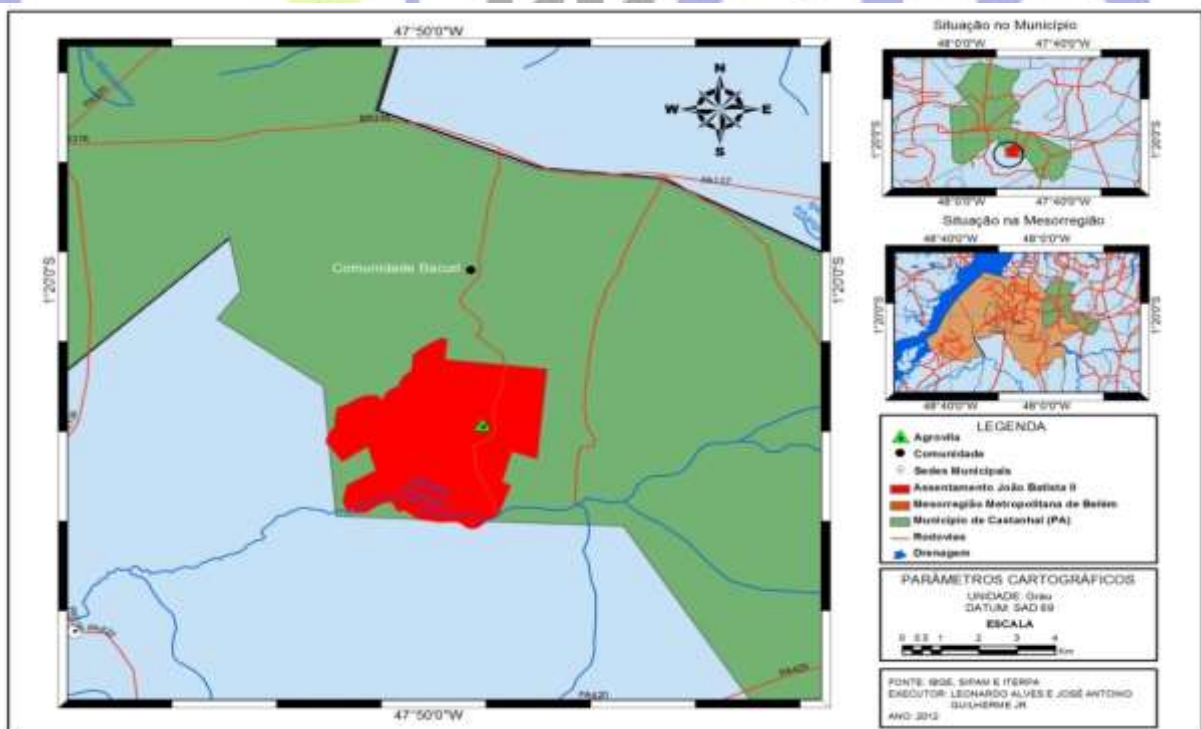
Conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração (MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 33)

A possibilidade da reprodução camponesa ocorre em diversas dimensões da prática cotidiana. O enfoque destas reflexões é identificar, caracterizar e analisar quais os desafios para essa reprodução camponesa, no Assentamento João Batista II, utilizando a categoria território como instrumento de análise. Para melhor elucidar nossa proposta, elegemos três variáveis a serem consideradas, as quais seriam: as condições de comercialização, produção e organização político-social. Saquet (2006, p.68) destaca indiretamente as variáveis mencionadas, apontando os territórios, como frutos das relações econômicas, políticas e culturais. De acordo com Santos (2007, p.14) “o território é o fundamento do trabalho; lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p.14). Nesse sentido, a produção do território camponês, através de sua reprodução social, ocorre, em meio a estruturação de outros territórios. As práticas camponesas de produção, comercialização e organização, efetivam o controle de um território, que em grande medida, possui um conteúdo social, diferente do espaço organizado pelo Estado ou por um latifundiário.

O ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II

O projeto de Assentamento João Batista II localiza-se na margem direita do Rio Inhangapi, e da rodovia BR-316, no sentido Castanhal Santa Maria, Estado do Pará. Ocupa uma área de 1.761,76 ha, abrigando 157 famílias. Em termos de uso do solo, temos 1500 ha de pastagem, 119 ha de capoeira e mata, 64 ha destinado a agrovila, 10 ha de área destinada para reserva ambiental e 70 ha é a área do patrimônio, onde estão escola, igreja, posto de saúde e agroindústria. O assentamento é o primeiro da mesorregião do Nordeste Paraense, sendo fruto de uma ocupação promovida pelo MST, localiza-se na cidade de Castanhal, distando 68 quilômetros de Belém. O mapa 1 indica a localização do assentamento no município de Castanhal.

Mapa 1: Localização do Assentamento João Batista II, na cidade de Castanhal, Pará.



Fonte: IBGE, SIPAM e ITERPA

Concebemos o assentamento João Batista II como um território constituído pela territorialidade camponesa, a qual efetiva sua construção pelo uso (Santos, 2007, p.16). Os camponeses criam seus territórios, através de práticas econômicas, sociais e políticas, nesse sentido, analisamos os desafios para reprodução camponesa, tomando as condições de

comercialização, produção e organização como elementos para análise do território do assentamento.

CONDIÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO

142

Um dos maiores desafios para os trabalhadores rurais e dos projetos de assentamento é a comercialização dos produtos em função da precária infraestrutura existente e dos baixos preços praticados pelo atravessador. O Assentamento João Batista II tem como via de acesso ao município de Castanhal-PA, uma estrada sem pavimentação asfáltica, cujas condições, de trafegabilidade ficam restritas em função das intensas chuvas; acometido de forte processo erosivo, ressaltado na destruição de parte da estrada.

O transporte das mercadorias é feito por um ônibus particular, cujos horários foram decididos em assembleia, sendo a saída às 6 horas da manhã, com retorno ao assentamento meio dia (12 horas). Segundo Araujo (2005, p. 42), no assentamento predomina a comercialização por meio do atravessador, e os produtos principais, raiz e farinha são provenientes da mandioca. A raiz da mandioca é vendida para o atravessador dentro do assentamento, e para conseguir melhores preços, a farinha é vendida fora, onde ocorre uma maior diversificação de clientes. A exploração econômica dos camponeses pelo atravessador, no assentamento, dá-se, em função da “drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos de seu trabalho” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p.34). Mesmo sendo donos do meio de produção, seu “sobre-trabalho” é apropriado pelo atravessador na comercialização, dessa feita, segundo Araujo (2005, p.43) 70% de toda a produção é comercializada com o atravessador, sendo o restante realizada com armazéns e na feira livre do município. Consideramos este dado emblemático, posto que, caso a intermediação fosse superada, os camponeses poderiam obter maiores lucros.

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A agricultura é a atividade pioneira no processo de colonização e ocupação da Mesorregião do Nordeste paraense, onde, segundo o jornal Província do Pará (1994), os sistemas de cultivos predatórios resultaram no empobrecimento do solo, cuja aptidão é apenas regular, para qualquer tipo de cultura. Conforme caracterização feita pela Secretaria de Estado

de Planejamento Orçamento e Finanças (SEPOF), os solos do município de Castanhal apresentam, em sua maioria, baixa fertilidade natural, fato que também ocorre na área do assentamento. No o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), João Batista II, temos:

Todos os tipos de solos identificados possuem baixa fertilidade natural, geralmente ácidos, com elevados teores de alumínio trocável e baixa disponibilidade de fósforo, cálcio, magnésio e potássio (...) algumas áreas apresentam problemas de erosão que tem avançado progressivamente, provocado pela ação das chuvas. As principais limitações para o uso do solo são: a baixa fertilidade natural, declividade, pedregosidade e a seca edáfica. Para realização da produção de culturas perenes ou temporárias deve haver a correção da acidez do solo e adubações. (2001 p.21).

Nesse sentido, a tabela-1 mostra os principais tipos de solos, e o relevo, com ocorrência no Assentamento João Batista II.

Tabela 1- Tipos de solos do Assentamento, características e uso atual (2001)

<i>Tipos de solo</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>Uso atual</i>
Barro, Pedra e Areia	60%	Pasto e cultivo de mandioca
Barro e Areia (Arenoso)	12%	Pasto, cultivo de mandioca e milho
Argila e matéria orgânica	3%	Extrativismo do açaí
Pedra 25%	25%	Pasto, áreas degradadas

Fonte: PDA do assentamento João Batista II (adaptado)

Segundo relatos de técnicos da EMATER (Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural), secção local, um dos obstáculos à produção agrícola é o desgaste do solo em função do longo período da pecuária extensiva realiza na outrora fazenda Tanari, atual área do assentamento. Verificamos, em visita à área que ainda permanece significativa, a presença de pasto. A fala de um assentado reforça essa informação, mas aponta a falta de assistência técnica, como limite para a prática tanto da agricultura, quanto da pecuária:

A terra é melhor para criar, do que pra plantar. Com adubo químico e boa vontade, você conseguiu. Mas pra gente, o que faltou foi assistência técnica (...) teve um projeto de irrigação para o açaí, mas não tinha nem energia! O gado que eles

venderam pra gente, era tudo ‘canela seca’⁴! aí, hoje em dia, tem gente que não tem nada (entrevista concedida por M. em 2012).

A fala do assentado aponta a falta de assistência técnica necessária ao manejo do solo, e a prática da pecuária, posto que, os primeiros projetos desenvolvidos no assentamento estavam ligados a extração do açaí nativo e à pecuária. Tais exemplos sublinham um problema recorrente para o camponês nas áreas de assentamento, pois a conquista da terra, não significa criação de um trabalho autônomo, pois as condições para o trabalho na terra não são oferecidas satisfatoriamente. É o caso do assentamento, pois os limites do solo poderiam ser superados com a utilização de adubo e a prática da pecuária, necessitaria de um acompanhamento técnico, e apoio financeiro.

ORGANIZAÇÃO

A organização política e social está representada em três associações: APROCJOB (Associação de Produção e Comercialização João Batista), primeira organização que agregava os assentados ligados ao MST; A ACAJOB (Associação Comunitária dos Agricultores do assentamento João Batista), que está ligada à FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), esta associação foi criada em um segundo momento, após a ruptura com o MST; existe ainda uma terceira organização, a COOPAP, única cooperativa do assentamento. Os moradores locais, de acordo com o posicionamento político e interesses, se dividem entre as três organizações.

A fragmentação política dificulta a atuação das duas principais associações (APROCJOB e ACAJOB), ocasionando problemas de gestão e organização dos assentados, sendo, portanto, um dos elementos, que condicionam a reprodução dos camponeses.

De acordo com o técnico da EMATER, responsável por projetos no assentamento, a “desorganização política” gerou dificuldades no processo de gestão dos recursos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar), fato que explica que, aproximadamente 90% dos assentados estejam com dívidas ligadas a esse plano. A fala de uma das lideranças da APROCJOB sublinha esse processo: “Somos todos devedores! Não adianta dizer que eles (ACAJOB), vão fazer projeto. Porque aqui, tá todo mundo com dívida.

⁴ A expressão “canela seca”, segundo o relato de alguns assentados representa animais com baixa produção de leite e de difícil engorda.

Mas tem gente com mente fraca que acredita nesse pessoal. Aí é difícil pra gente, né?” (entrevista concedida por M, em 2011). O discurso de uma liderança da ACAJOB, também evidencia essa conflitualidade: “Na verdade, é um cortando o outro, quando tem conhecimento de algum projeto, pra cá. É muita politicagem!” (entrevista concedida por E, em 2011).

145

Ademais, a fragmentação política interfere, diretamente, no processo organizativo e de gestão, nesse sentido, o papel de mediação, das associações fica enfraquecido, visto que, existe uma grande rivalidade, principalmente entre as duas maiores associações (APROCJOB e ACAJOB).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução camponesa se efetiva nos territórios dos assentamentos rurais pelo uso que esses grupos sociais dão ao território. Os assentamentos rurais são frações do espaço privilegiadas para se analisar o processo de reprodução camponesa. De acordo com a hipótese levantada no artigo, foram identificadas no estudo do Assentamento João Batista II limitações que condicionam a reprodução social dos camponeses. No que tange as condições de produção, os limites são a pobreza natural do solo, seguida pela intensa degradação, bem como, a falta de assistência técnica e o apoio financeiro. O camponês encontra dificuldades para superar o limitante ambiental (degradação do solo), em função da ineficiência do suporte técnico, o que tem impactado diretamente em sua produção.

No processo de comercialização, o atravessador apresenta-se como um elemento que drena a renda dos camponeses e que também sofre com a falta de infraestrutura no escoamento da produção. O atravessador tem sido o maior beneficiário, uma vez que monopoliza a comercialização de 70% da produção do assentamento. A precariedade no acesso aos mercados, fora do assentamento, é ressaltada na ausência de um transporte mais adequado para locomover a produção, bem como, na fragilidade da estrada de acesso ao João Batista II. Além disso, em períodos de chuva intensa, o processo erosivo tem desgastado boa parte da estrada.

Do ponto de vista da organização político-social dos assentados, a fragmentação política tem sido a tônica, a qual se materializa na existência de três associações, (APROCJOB, ACAJOB, COOPAP), que apresentam intensos conflitos. A representação dos

assentados e gestão dos problemas internos ficam fragilizadas, pois, o poder político das associações é dividido e disputado, principalmente pela APROCJOB e ACAJOB, principais entidades de representação dos camponeses do assentamento.

Os desafios para reprodução camponesa no território do Assentamento João Batista II, podem ser identificados na produção cotidiana deste território, desse modo, seu processo de reprodução econômica, social e política, encontra limitações evidenciadas na produção, comercialização e organização social. Os camponeses devem superar contradições e desafios, que têm limitado sua reprodução no território do assentamento estudado. Só assim conseguirão efetivar sua territorialidade e avançar no processo de conquista social e reprodução, no contexto do capitalismo atual.

146

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Soraya Maria M. **Formas de organização da produção apoiadas pelo MST: Assentamento João Batista II, Castanhal, Pará**. Belém, 2005. (Dissertação).

BEM, Anderson; Almeida, Rosimeire Aparecida. **A reprodução camponesa na contra mão da formalidade do capital**. Campo-território: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, p. 113-130, fev., 2011

CAMPOS, Índio. **Fronteira e campesinato no tropico úmido**. Revista NAEA. 1996

CARDOSO, Antônio. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento João Batista II- Castanhal/PA**. Belém: INCRA/FADESP/UFPA, 2001.

DEITOS, Nestor. **A organização coletiva dos assentados**. In: Caderno de cooperativa Agrícola nº 5. São Paulo: MST/UNB/ITERPA, 2004.

FABRINI, J. E. **Os camponeses e suas diferentes práticas coletivas**, Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, ano 3, n. 4. p. 05-26, nov. 2008. .

FERNANDES, B. Mançano. **Entrando nos territórios de território**. In: PAULINO, E. Tomas; FABRINI, J. Edmilson (Org). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008. P. 273-301.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

HEBETTE, Jean; Moreira, Edma Silva. **Situação social das áreas rurais Amazônicas**. In: Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. IV. 2004

HEBETTE, Jean; Abelém Auriléia. **Assentamentos da reforma agrária na fronteira Amazônica**. In: Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do camponês na Amazônia. Vol. II. 2004.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A longa marcha do camponês brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo. 1980.

SANTOS, Milton. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 11ª Ed. Rio de Janeiro. Record, 2007.

_____: **O Dinheiro e o território** – em “Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª Ed. Rio de Janeiro. Lamparina. 2008

SAQUET, M. Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2010, PP. 120-138.

_____: Campo-Território: considerações teórico-metodológicas, Campo-território – Revista de Geografia Agrária, n.1, v. 1, p. 60-81 fev. 2006.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista**. In: **Revista Nera**, Ano 08, n. 07; Julho/dezembro de 2005.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do camponês brasileiro. In: **XX Encontro da ANPOCS**. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambú, MG. Outubro, 21p., 1996.

Artigo Recebido em: 08 de novembro de 2013.

Artigo Aprovado em: 12 de dezembro de 2013.